

O governo Bush

Do unilateralismo ao impasse

Helio Jaguaribe*

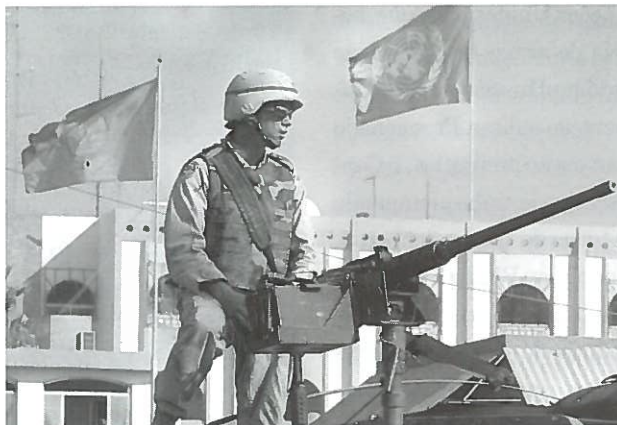
Eleito, há dois anos e meio, por decisão da Suprema Corte, tendo recebido menos votos populares que o seu contendor, Al Gore, esperava-se que o presidente Bush, ciente de não contar com o apoio da maioria dos cidadãos americanos, organizasse um governo de união nacional. Seria a forma de recompor essa unidade e de dar ao seu governo satisfatória base de sustentação pública. Contrariando essas razoáveis expectativas, Bush formou um gabinete de ultraconservadores, marcados por um fundamentalismo político-religioso de que não há exemplo no Ocidente, desde o calvinismo do século XVII.

Duas notas predominantes marcaram, desde o início, o governo Bush. Domesticamente, a redução, a título de economia, das medidas de protecção social e a ênfase no apoio às grandes empresas, entendidas como o motor do progresso. Para esse efeito, adoptou-se um programa de grandes reduções tributárias, assumindo-se os decorrentes déficits orçamentários. Internacionalmente, esse governo definiu, prontamente, sua aversão a um relacionamento multilateral com os demais países do mundo, repudiando o protocolo de Quioto e o Tribunal Penal Internacional. Os Estados Unidos, no seu "destino manifesto", assumem desinibidamente sua condição de potência hegemónica e impõem ao mundo suas próprias regras.

O espantoso atentado terrorista de 11 de Setembro, sacrificando milhares de pessoas inocentes e terminando com a presunção americana de invulnerabilidade, proporcionou a Bush as condições de que necessitava para montar um gigantesco sistema político-militar que, em nome do combate ao terrorismo internacional, lhe conferiu, domesticamente, poderes discretários e, para o resto do mundo, a faculdade de determinar, unilateralmente, as medidas preventivas

julgadas convenientes para a protecção do povo americano.

Uma primeira iniciativa unilateral de Bush foi determinar a invasão do Afeganistão, quando o regime Talibã, que controlava despoticamente aquele país, se negou a entregar à justiça americana Osama bin Laden, reconhecido como mentor do atentado de 11 de Setembro. O regime Talibã revelou-se muito mais débil do que se supunha e o Afeganistão caiu, facilmente, sob o controle americano, quase sem baixas por parte dos EUA. Essa operação, embora unilateralmente decidida por Washington, teve amplo respaldo internacional. O mundo civilizado, incluídos a China e os países islâmicos, repudiou, unanimemente, o terrorismo de 11 de Setembro e reconheceu a legitimidade da actuação dos EUA contra o governo que ostensivamente abrigava os terroristas.



Do ponto de vista militar, a guerra no Iraque foi um êxito para os EUA. Contudo, após a declaração do fim dos combates, administrar o país e garantir a sua segurança tem-se revelado muito mais difícil.

O controle de Cabul, todavia, cedo tornou clara a precariedade do controle americano sobre o conjunto do país. Não somente Bin Laden escapou das forças invasoras como, de um modo geral, estas se revelaram incapazes de assegurar a ordem e o retorno à normalidade do país ocupado. Chefes tribais locais assumiram, *de facto*, o controle de seus respectivos territórios, repetindo-se, embora em condições distintas, a mesma falta de controle que havia caracterizado a precedente ocupação soviética do Afeganistão.

Não obstante os percalços experimentados pelos EUA no Afeganistão, o governo Bush começou a exercer contínua pressão no sentido de invadir também o Iraque, sob a alegação de que Saddam Hussein, ademais de representar uma ditadura despótica e cruel, dispunha de armas de destruição maciça que ameaçavam os EUA e o mundo livre, em geral.

Abre-se, então, um segundo acto na trama unilateralista de Bush. Pressionado pela opinião pública mundial, inclusive a americana, Bush foi compelido, inicialmente, a aceitar uma missão de inspecção de armas dirigida pelas

* Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Rio de Janeiro

Nações Unidas. O governo Bush, entretanto, durante todos os meses em que os inspectores das Nações Unidas operaram no Iraque, nunca encontrando as supostas armas, sempre sustentou que aquela missão era inútil, porque Saddam Hussein escondia, habilidosamente, seu arsenal bélico. O governo americano, secundado por Tony Blair, declarou, reiteradamente, dispor de elementos seguros que comprovavam a existência desse arsenal oculto. Chegou-se a propalar, com base em supostas informações fidedignas, que Saddam Hussein poderia usar tais armas em algumas dezenas de minutos.

A prudência do secretário Colin Powell logrou convencer Bush da necessidade de obter um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como requisito indispensável para legitimar uma invasão do Iraque. Prevaleceu no Conselho de Segurança, entretanto, a exigência franco-alemã de se dar mais tempo aos inspectores das Nações Unidas para que, somente após constatada a existência de armas de destruição maciça e a recusa, por parte de Saddam Hussein em destruí-las, se tornasse justificável uma operação militar. Pressionado pelos EUA para autorizar uma intervenção preventiva, o Conselho a denegou. O presidente Bush, que já tinha acumulado um poderoso dispositivo bélico em torno do Iraque deliberou, então, ordenar a invasão, apoiado por Tony Blair e secundado por Aznar e Berlusconi, que se prestaram ao triste papel de coadjuvantes de segunda classe, contrariando expressa manifestação em contrário de mais de 80% dos espanhóis e italianos.

Mais uma vez, a ocupação do Iraque se fez rapidamente e com pouca resistência, exceptuados alguns limitados pontos. Mais uma vez, por outro lado, a estratégia de maciços bombardeios por aviões, voando a alta distância e mísseis disparados também a longa distância, destruíram os centros de resistência de Saddam Hussein. Bagdad onde, supostamente, a Guarda Republicana iria lutar casa por casa caiu, com pouco mais do que uma escaramuça no aeroporto.

Ocupado o Iraque, as forças invasoras procuram, desesperadamente, descobrir as supostas armas de destruição maciça, sem nada encontrar. Tampouco lograram matar Saddam Hussein ou capturá-lo. Bush continuou garantindo que essas armas existiam e em breve seriam descobertas mas, com o correr do tempo, tornou-se inequívoco o facto de que eram falsas as alegações de Bush e Tony Blair.

Que motivos, então, levaram o presidente Bush, violando frontalmente a Carta das Nações Unidas e as deliberações do Conselho de Segurança, a invadir o Iraque? A questão continua aberta à especulação. Parece evidente a existência de profunda animosidade pessoal de Bush para com Saddam Hussein, alimentada pelo desejo de vingança contra

Dois anos após o 11 de Setembro

2001

11 de Setembro – Três aviões comerciais são desviados e lançados contra o **World Trade Center**, em Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington, totalizando um total de 3.025 vítimas mortais.



12 de Setembro – A NATO invoca, pela primeira vez na sua história, o artigo 5.º, accionando o mecanismo de assistência mútua face a um ataque armado a um dos seus membros.

13 de Setembro – O Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, nomeia Osama bin Laden como principal suspeito dos atentados terroristas.

14 de Setembro – O Congresso autoriza o uso de força, por parte do governo norte-americano, contra os responsáveis pelos atentados do 11 de Setembro.

18 de Setembro – São descobertas, nos EUA, cartas contendo Anthrax.

20 de Setembro – George Bush emite um ultimato aos Taliban, exigindo a entrega de Osama bin Laden.

1 de Outubro – Militantes islâmicos atacam o parlamento indiano em Caxemira, vitimando cerca de 40 pessoas.

7 de Outubro – Os EUA iniciam o ataque ao Afeganistão, tendo como objectivos a eliminação do regime Taliban e a captura de Osama bin Laden.

17 de Outubro – Rehavam Zeevi, ministro do turismo israelita, é assassinado num hotel em Jerusalém por um atirador palestino, ligado à Frente Popular para a Libertação da Palestina. O governo israelita exige à Autoridade Palestina a entrega imediata do autor, ameaçando com retaliações.

28 de Outubro – 16 pessoas são mortas num ataque a uma igreja cristã em Behawalpur, no Paquistão.

31 de Outubro – O Congresso americano aprova uma nova lei anti-terrorista, a ser aplicada durante os próximos dois anos.

12 de Novembro – A Aliança do Norte conquista Cabul.

4 de Dezembro – Representantes do Afeganistão reunidos em Bona chegam a um acordo quanto à criação de um governo de transição para o país.

13 de Dezembro – Os EUA tornam público um vídeo apreendido no Afeganistão, no qual Osama bin Laden admite a autoria dos atentados do 11 de Setembro.

Ataque terrorista ao Parlamento nacional indiano vitima 12 pessoas. O governo indiano acusa o Paquistão de encorajamento às actividades terroristas perpetradas contra a Índia.

22 de Dezembro – Agudizam-se as tensões na fronteira entre a Índia e o Paquistão, com a presença de fortes contingentes de forças militares dos dois lados. Crescem os receios de uma guerra entre os dois países.

Hamid Karzai assume as funções de primeiro ministro do Afeganistão.

2002

29 de Janeiro – No discurso sobre o estado da União, George Bush classifica o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte como um “Eixo do Mal”. Bush declara que os Estados Unidos não permitirão que “os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo”.

28 de Fevereiro – Pelo menos dois polícias são mortos e outros cinco ficam feridos num ataque ao consulado americano em Karachi, no Paquistão.

12 de Março – A Resolução 1397 do Conselho de Segurança da ONU apela ao fim da violência no Médio Oriente e reafirma o direito da Palestina a um Estado independente. Kofi Annan, por sua vez, acusa Israel de “ocupação ilegal” de território palestino.

12 de Maio – O Likud, partido de Ariel Sharon, rejeita, em votação, a constituição de um estado palestino em território actualmente em posse de Israel.

24 de Junho – Os EUA anunciam, pela primeira vez, o apoio à criação de um Estado palestino independente. George Bush condiciona este apoio à nomeação, por parte de Yasser Arafat, de um primeiro ministro para a Autoridade Palestina.

29 de Junho – Uma batalha no Mar Amarelo entre dois navios de guerra – da Coreia do Sul e do Norte – resulta em quatro mortos e 22 feridos, do lado sul-coreano, e em 30 mortos, do lado norte-coreano, naquele que foi o primeiro incidente bilateral desde o acordo de paz celebrado em 1999.

12 de Setembro – No seu discurso à Assembleia Geral da ONU, o Presidente George W. Bush classifica o regime de Saddam Hussein como uma ameaça grave e crescente à segurança internacional e apela à acção por parte da ONU, declarando que, se as resoluções do Conselho de Segurança não forem cumpridas pelo Iraque, o recurso à força será inevitável.

17 de Setembro – O Roadmap para a paz no Médio Oriente é aprovado, em Nova Iorque, pelos membros do Quarteto – EUA, Rússia, UE e ONU. Esta iniciativa, destinada a resolver o conflito israelo-palestino, prevê o cumprimento, por parte de ambas as partes, de etapas que culminarão na existência de dois estados vivendo lado a lado em paz e segurança em 2005.

Outubro – Crescem as tensões em torno do programa nuclear da Coreia do Norte, após a revelação, por parte dos EUA, de que Pyongyang possui um programa secreto destinado ao fabrico de armas nucleares.

10 de Outubro – O Congresso autoriza o Presidente George Bush a recorrer ao uso da força contra o Iraque.

12 de Outubro – Dois engenhos explosivos são detonados na zona de turística de Kuta, na ilha indonésia de Bali, matando um total de 202 pessoas. As autoridades indonésias apontam o movimento Jemaah Islamiah como o principal suspeito do atentado.



26 de Outubro – Termina em tragédia a intervenção das tropas especiais russas, que procuravam libertar os reféns aprisionados por um grupo de rebeldes tchetchenos num teatro em

A política da Administração Bush para o Médio Oriente tarda em produzir os resultados anunciados. A instabilidade na região, que se mostra crescente, é hoje superior à que se verificava há dez anos atrás.



aquele que se mantivera no poder contra a vontade de Bush sénior, apesar de sua derrota na primeira Guerra do Golfo. A vontade de controlar o petróleo iraquiano também foi, sem dúvida, um poderoso incentivo. Assim, também, o propósito de se assenhorear de uma posição estratégica no Oriente Médio. Particularmente relevante parece ter sido, no âmbito da posição de desinibido unilateralismo do governo Bush, o intento de demonstrar ao mundo a onnipotência americana e a capacidade e disposição dos EUA de praticar, *erga omnes*, os actos que bem entenda.

Com o curso do tempo, entretanto, o arbitrário unilateralismo de Bush começa a se revelar pouco viável. A despeito das declarações do presidente de que a guerra havia acabado, manifesta-se no Iraque uma crescente resistência violenta às forças americanas, no âmbito de uma população que, não obstante profundas divergências internas, se expressa, unanimemente, contra a ocupação. Sunitas e xiitas, pessoas pró-Saddam e anti-Saddam, todos os iraquianos contestam a legitimidade da ocupação americana e britânica, com esta confundindo a posição das Nações Unidas, como revelou o estúpido atentado de Agosto, que matou Sérgio Vieira de Melo e numerosos membros de sua equipe.

O número de soldados mortos por atentados que ininterruptamente se sucedem, dia após dia, já superou o das baixas da guerra e só tende a aumentar. Concomitantemente, a autoridade ocupante se revela incapaz de restabelecer a normalidade dos serviços de água, electricidade e outros, bem como de policiar satisfatoriamente o país. Como já o reconhecem os comandantes americanos, o Iraque tornou-se o centro de atracção de militantes islâmicos de todas as procedências, que lá vão engrossar o contingente de terroristas. Em nome de combate ao terrorismo, que não existia no Iraque, converteu-se aquele país num perigoso novo centro de terrorismo.

Esses factos repercutem-se de forma crescentemente negativa na opinião pública americana, que não consegue mais compreender, ante a inexistência das propaladas armas de

destruição maciça, por que o Iraque foi invadido e por que se mantém a sua ocupação. A popularidade de Bush que, no ápice do patriotismo suscitado pelos atentados de 11 de Setembro, chegara à casa dos 80% de aprovação, resvalou para menos de 50%. O prolongamento da recessão americana só contribuiu para deteriorar a imagem do presidente.

Ante o impasse que se vai formando no Iraque, somando-se às dificuldades experimentadas no Afeganistão, o presidente Bush sentiu a necessidade de solicitar o apoio dos europeus e o respaldo das Nações Unidas. Nem os europeus nem a direcção das Nações Unidas, entretanto, aceitam participar na ocupação do Iraque sem que se lhes transfira correspondente margem de autoridade, o que o governo Bush se recusa a fazer.

Tudo indica, assim, que se aprofundará o impasse americano no Oriente Médio. O encaminhamento que será dado a esse impasse dependerá, principalmente, do curso que venha a tomar a opinião pública americana. Com sua recalcitração seriamente ameaçada, o presidente Bush será conduzido, antes que se deteriore seriamente sua imagem, a adoptar medidas que venham ao encontro da demanda popular. Isso importará, provavelmente, em compelir o governo Bush a um compromisso, com os europeus e as Nações Unidas, por estes aceitável.

Mais que os aspectos tópicos desse impasse, o que efectivamente está em jogo é a grande questão do terrorismo islâmico e de como o controlar. Reduzindo essa questão a seus aspectos essenciais pode-se nela diferenciar duas dimensões: a dos grupos super-radicais constituindo, na prática, profissionais do terrorismo, e a das condições de ordem geral que emprestam, desde uma perspectiva islâmica, um cunho de legitimidade ao terrorismo e lhe proporcionam facilidades de recrutamento.

O núcleo do problema se encontra nessa segunda dimensão. Não é com invasões militares que se acaba com o terrorismo. Ao contrário, estas alargam, cada vez mais, o espaço de recrutamento do terrorismo e a motivação para sua prática. O que importa é reconhecer, objectivamente, as miseráveis condições em que se encontram amplos sectores da população islâmica e as insuportáveis humilhações a que tantos estão sendo submetidos, como notadamente ocorre na Palestina. Somente através de uma esclarecida e generosa política de desenvolvimento dessas populações, mobilizando para tal o concurso das lideranças islâmicas moderadas, será possível privar os profissionais do terrorismo de amplo recrutamento de novos membros de que actualmente dispõem. Privados desse recrutamento, os remanescentes focos do terrorismo se converterão em mero caso de polícia. ■

Moscovo. O balanço trágico da operação de salvamento foi de 170 mortos, 119 dos quais reféns.

8 de Novembro – O Conselho de Segurança aprova, por unanimidade, a Resolução 1441, impondo uma nova inspecção ao armamento iraquiano. O parágrafo 13 da Resolução explicita que, em caso de novo incumprimento das suas obrigações, o Iraque sofrerá “sérias consequências”.

18 de Novembro – Após quatro anos de ausência, os inspectores da ONU regressam ao Iraque.

Dezembro – A Coreia do Norte procede à reactivação do reactor nuclear de Yongbyon, afirmando, contudo, que esta medida se destina exclusivamente a fins energéticos.

21 de Dezembro – O Presidente dos EUA aprova o **envio de forças militares para o Golfo**. Um total de 200 mil soldados estarão, até Março, estacionados na região, incluindo forças britânicas e australianas.



2003

10 de Janeiro – A Coreia do Norte retira-se do Tratado de Não Proliferação Nuclear, um instrumento chave destinado à prevenção da proliferação de armas atómicas.

27 de Janeiro – Hans Blix e Mohamed El Baradei, responsáveis máximos da Unmovic e da AIEA, respectivamente, apresentam ao Conselho de Segurança o relatório sobre o progresso das inspeções de armamento no Iraque, onde se declara a não existência de provas concludentes quanto à posse de armas químicas, biológicas ou nucleares por parte do Iraque.

28 de Janeiro – *George Bush* afirma que os Estados Unidos estão determinados a usar a força contra o Iraque, ainda que sem uma autorização explícita do Conselho de Segurança, se o Estado iraquiano não se desarmar voluntariamente. Ariel Sharon é reeleito primeiro ministro de Israel.



30 de Janeiro – Nove países europeus assinam um manifesto expressando o seu apoio aos Estados Unidos na questão iraquiana. Entre os signatários estão cinco Estados membros da União Europeia (Dinamarca, Espanha, Inglaterra, Itália e Portugal), e quatro pertencentes ao grupo dos novos membros (Eslováquia, Hungria, Polónia e República Checa).

5 de Fevereiro – O Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, apresenta, perante o Conselho de Segurança, provas que procuram demonstrar que o Iraque tem procurado ilustrar as missões de inspecção das Nações Unidas, ao possuir armas de destruição maciça escondidas no seu território, bem como ligações a grupos terroristas, nomeadamente a al-Qaida.

10 de Fevereiro – França, Alemanha e Bélgica vetam o pedido da Turquia para receber assistência em caso de um ataque iraquiano, ao abrigo do art. 4.º do Tratado da Aliança Atlântica. Os três países europeus basearam a sua posição na necessidade de resolução, através de meios pacíficos, da questão iraquiana.

15 de Fevereiro – Milhões de pessoas uniram-se em manifestações pacíficas, que se estenderam a cerca de 600 cidades em